



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA
ESCOLA CLASSE 35**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Classe 35 de Ceilândia

BRASÍLIA-DF

2022

1

Maria Aparecida de Sousa Lopes
Diretora

Adriana Souza Santos
Vice-Diretora

Juliana Gabriel Crestani
Supervisora Pedagógica

Sandra Regina Pinheiro Lopes
Keila Cristina da Silva
Cleidiane dos Santos Reis
Coordenadoras

Comissão Organizadora:

Representante	Nome
Equipe gestora	Juliana Gabriel Crestani
Docentes	Laurena Brandão
Coordenadores/as	Cleidiane dos Santos Reis
Carreira Assistência	Sivaldo Ramos Madureira
Comunidade Escolar (Pais/Mães/Responsáveis)	Íris Campos
Serviços de apoio	Rozana Maria de Oliveira

Conselho Escolar:

Segmento	Representante
Membro Nato	Maria Aparecida de Sousa Lopes
Carreiro Magistério	Juliana Gabriel Crestani Adriana Souza Santos
Carreira Assistência	Marilucia Barros dos Santos
Pais/Responsáveis	Isilda Martins Íris Campos

A estruturação e escrita do documento ficou sob a responsabilidade da supervisora pedagógica Juliana Crestani. Contribuíram com dados, ideias e sugestões para este projeto todo o corpo docente e a comunidade escolar.

Epígrafe

"Se aprende com as diferenças e não com as igualdades."

(Paulo Freire)

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
HISTÓRICO.....	6
III - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR.....	7
IV- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	9
V - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	10
VI - MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DAS APRENDIZAGENS.....	11
VII - CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	15
VIII - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	16
IX - ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	22
X - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	24
XI - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.....	25
XII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	30
XIII - PROJETOS ESPECÍFICOS	30
IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

APRESENTAÇÃO

Iniciamos o ano de 2022 ainda com as agústias e incertezas causadas pela pandemia da COVID-19, mas com a esperança de dias melhores. Nos preparamos para os desafios esperados para este ano letivo e seguimos na elaboração de um Projeto Político Pedagógico que contemplates o novo cenário presente na educação pública do Distrito Federal.

O presente documento foi elaborado de forma participativa envolvendo professores, estudantes, famílias e toda comunidade escolar. Por meio de reuniões, os envolvidos na dinâmica pedagógica da escola tiveram a oportunidade de criticar, opinar e sugerir mudanças neste documento, levando em consideração a realidade da comunidade escolar, as demandas pedagógicas da I.E e os documentos que norteiam nosso trabalho. Além disso, realizamos uma pesquisa com todos os estudantes por meio de um questionário e rodas de conversa em sala, promovidas pelos professores, para assim ouvir as opiniões e sugestões do alunos sobre a organização pedagógica da escola.

HISTÓRICO

A Escola Classe 35 de Ceilândia, iniciou suas atividades em 08 de agosto de 1979, situada na EQNP 9/13 do setor P Norte, Ceilândia – DF, é uma instituição pública e de tradição no setor, subordinada a Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, sob a direção do professor Carlos Ney M. Cavalcante.

A Escola Classe 35 da Ceilândia foi inaugurada pelo Governo do Distrito Federal no dia oito de agosto de mil novecentos e setenta e nove (1979). O ano de inauguração da escola foi o mesmo ano que foram entregues as primeiras casas do setor P Norte.

Desde a inauguração passaram pela direção da escola 11 diretores, sendo estes:

- Maria da Penha Lucindo Lages - 1979 a 1985
- Celéria Chagas Rineiro - 1985 a 1986
- Miriam Nereci Fidelis Costa - 1986 a 1987
- Silas Dias da Silva - 1987 a 1989
- Dilma Maria da Silva Dantas - 1989 a 1995
- Sandra de Oliveira Dias - 1995 a 1998
- Alana Régia Novais Pimenta - 1998 a 1999
- Gecilda Grigório de Andrade - 1999 a 2004
- Doralice Carneiro Leite - 2004 a 2005
- Gecilda Grigório de Andrade - 2005 a 2013
- Lucia Helena Gomes de Melo - 2014 a 2017

Atualmente a direção é composta pelas educadoras Maria Aparecida de Sousa Lopes e Adriana de Souza Santos.

A Escola Classe 35 é uma escola inclusiva, que atende estudantes da educação infantil, de primeiro e segundo período, estudantes do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental de nove anos e quatro classes especiais, distribuídas em dois turnos: matutino e vespertino. No turno matutino atende 455 estudantes e no turno vespertino 449 estudantes. O número de estudantes por etapas/modalidade é de 193 estudantes na Educação Infantil, 711 estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 09 anos (384 são do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA e 327 do segundo bloco) e 08 estudantes nas Classes Especiais.

III - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A Escola Classe 35 de Ceilândia atende, atualmente, 904 estudantes regularmente matriculados. Possuímos 42 turmas no total que são distribuídas igualmente nos turnos matutino e vespertino. Dentre elas, 9 são turmas de Integração Inversa, 11 são turmas de Classe Comum Inclusiva e 4 são Classes Especiais.

Para atender os estudantes contamos com uma equipe de direção (diretor, vice-diretor, supervisor pedagógico, supervisor administrativo e chefe de secretária), professores (efetivos e temporários), três coordenadoras pedagógicas, quatro pedagogas atuantes: duas destinadas à EAA, uma destinada ao AEE e outra destinada ao SAA, pois a EC 35 é polo no Setor P Norte deste atendimento, duas orientadoras educacionais, uma professora (readaptada) na Sala de Leitura, duas monitoras, dez educadoras sociais voluntárias.

A comunidade escolar é participativa e, de maneira geral, apresenta um relacionamento respeitoso e colaborativo com os professores, direção e demais servidores da escola. Desta forma, o objetivo é que família e escola estejam sempre unidas e empenhadas com vistas ao sucesso escolar dos estudantes.

Desde o início do ano letivo observamos que tanto as famílias quanto os estudantes têm apresentado certa ansiedade, muitas vezes envolvendo-se em conflitos desnecessários e demonstrando dificuldade nas relações sociais e nas questões ligadas a autorregulação. Diante desta realidade, a escola precisou instituir e trabalhar com o projeto Cultura de Paz na Escola.

O maior percentual de estudantes reside nas quadras próximas e nos bairros limítrofes à escola. Recebemos também estudantes provenientes dos setores de chácaras, nas proximidades do Setor “P” Norte, Sol Nascente, da Expansão do Setor “O”, e das quadras residenciais QNQ, QNR e Águas Lindas.

A instituição conta com o auxílio do Conselho escolar, composto por um representante de cada segmento, que realiza reuniões para discussões de propostas feitas pela comunidade escolar. Essa composição atual foi eleita em março de 2017.

A escola é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Estatuto da Criança e Adolescente, Regimento das Instituições Educacionais do DF e Normas para o sistema de ensino do DF.

Fisicamente a escola contém 4 blocos sendo 2 com 7 salas e 3 com 5 salas, sendo estas salas extras nos blocos A e D construídas devido a necessidade de mais salas na escola. São 21 salas para regência (todas com carteiras e cadeiras para

estudantes, mesa, cadeira e armário para o professor, quadro branco e um aparelho de TV + DVD e ventiladores); duas salas usadas para as classes especiais de TGD e DMU. As duas salas restantes são destinadas à sala de leitura e sala de reforço.

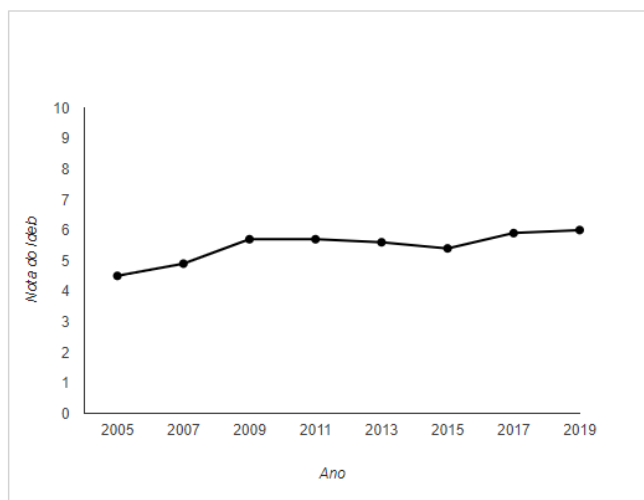
IDEB

Segundo o Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado no Brasil em 2007 com o intuito de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Além da média alcançada na avaliação aplicada nas escolas, o cálculo considera o rendimento escolar, que nada mais é que a taxa de aprovação da escola, obtida através do Censo Escolar.

Ideb		
Ano	Meta	Valor
2005		4,5
2007	4,6	4,9
2009	4,9	5,7
2011	5,3	5,7
2013	5,6	5,6
2015	5,8	5,4
2017	6,1	5,9
2019	6,3	6,0

■ Acima ou igual à meta
■ Abaixo da meta



O IDEB desta instituição ficou abaixo das metas previstas, mas apresentou crescimento progressivo ao longo dos anos.

Sabemos dos desafios no ensino público, principalmente diante do cenário apresentado no retorno às aulas presenciais. Desta forma, a escola tem se empenhado para resgatar as aprendizagens dos estudantes e com isso, consequentemente melhorar seu IDEB.

IV- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Escola como espaço de socialização e transformação.

A escola, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, deve ser um espaço que possibilite a construção e a socialização do conhecimento produzido. Trata-se de conhecimento vivo que está sempre em construção.

“A educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 10).

Nesse contexto, o dirigente escolar, os professores, as famílias e a comunidade em geral percebem a escola como um espaço democrático e, portanto, se torna fundamental que ela construa seu Projeto Político Pedagógico.

Assim, pensar a função social da educação e da escola implica problematizar a que temos na tentativa de contruir a escola que queremos. Neste processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são prerrogativas fundamentais para o exercício de uma gestão democrática.

Desta forma, visamos ofertar escolarização pública, referendada na qualidade social, apoiada nos princípios éticos, inclusivos e democráticos que proporcionem o desenvolvimento das potencialidades humanas: cognitivas, afetivas, físicas e sociais.

V - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A educação tem por princípio e finalidade a formação de cidadãos que sejam de fato capazes de exercer e usufruir dos direitos e deveres inerentes à sua condição. Segundo a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a educação é “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (PPP – Carlos Mota – SEDF/2012).

A escola atual é constituída de sujeitos contemporâneos, moldados pela cultura moderna no contexto de uma sociedade que vivencia profundas mudanças sociais, históricas e culturais. É a cultura das diversas linguagens e dos símbolos que define o perfil do educando do século XXI.

Como não poderia ser diferente, o estudante contemporâneo também sofreu muitas mudanças. Hoje ele quer participar, manifestar seus anseios, conhecer e vivenciar seus direitos. Além disso, é extremamente ativo sobre o mundo que o cerca, pois em sua realidade depara-se com muitas informações de acesso facilitado. Por isso, ele passou de receptor do conhecimento para construtor de seu próprio saber.

Diante disso encontramos os desafios de educar e formar cidadãos conscientes e aptos a transformar sua realidade. Uma escola transformadora deve pautar-se em uma educação que valorize a realidade do educando e promova a reflexão dos conhecimentos construídos ao longo da história da humanidade. Assim,

Deve ainda, conectar os saberes construídos historicamente, associados aos saberes construídos pela comunidade, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar com o mundo, para que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando a formação solidária fundada no respeito, na autonomia, a favor do bem comum e da transformação social, numa perspectiva de construção de consciências de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras (PPP – Carlos Mota – SEDF/2012).

Ao se pensar em escola transformadora é preciso pensar em um modelo de educação que leve em consideração as diversas dimensões que formam o ser humano integral e que “oportuniste aos estudantes o despertar para outras

dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano” (PPP – Carlos Mota – SEDF/2012).

Contudo, faz-se necessário pensar em uma educação que propicie a vivência de valores e atitudes indispensáveis ao exercício da cidadania, como o cumprimento de obrigações, o senso de responsabilidade, o zelo pelo patrimônio público, o respeito à diversidade e à pluralidade cultural.

Portanto, a instituição orienta todo seu trabalho pedagógico de acordo com os documentos norteadores da Secretaria de Educação do Distrito Federal e com os princípios de igualdade de acesso e permanência dos estudantes na escola.

VI - MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO

A missão da SEEDF é “Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes”. (PPP Carlos Mota, p. 25).

De acordo com o grupo desta Instituição de Ensino, a função da escola compreende a formação global do educando. Nesse sentido, a escola deve adotar uma educação de concepção integral, visando a formação humana em suas múltiplas dimensões, valorizando os saberes formais e não formais, as relações interpessoais e a construção de relações democráticas entre as pessoas e grupos, integrando dessa forma, espaços, tempos, saberes e conteúdos. Uma educação “centrada no sujeito social, cultural, histórico, cognitivo e subjetivo, sem perder de vista a perspectiva das relações humanas” (Currículo em Movimento, 2013)

OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

1. Objetivos

Dimensão	Objetivos	Estratégias
Gestão Pedagógica	Maior número de estudantes letrados;	<ul style="list-style-type: none">• Reagrupamento BIA e 4º e 5º ano;• Projeto Interventivo;• Projeto Letramento;• Interventivo - parceria com o IESB;• Reforço Escolar.
	Maior aproveitamento de estudos por parte dos estudantes;	<ul style="list-style-type: none">• Projeto Cultura de Paz (Trabalha as questões ligadas a comunicação não violenta, autorregulação e as competências socioemocionais);• Projeto de Leitura “Ler é bom Demais”;• Reagrupamento BIA e 4º e 5º ano;• Projeto Interventivo da escola e em parceria com instituições particulares;• Reforço Escolar;• Atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais pela Sala de Recursos;• Atendimento aos estudantes com transtornos funcionais do desenvolvimento pela Sala de Apoio à Aprendizagem.
	Maior envolvimento dos estudantes nas atividades promovidas pela escola.	<ul style="list-style-type: none">• Incentivar a participação dos estudantes nos projetos e atividades pedagógicas dentro e fora da escola;• Promover momentos de socialização das práticas pedagógicas da escola com as famílias,

Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	Participação efetiva da família no cotidiano escolar dos estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar e contribuir com atividades, projetos, formações, oficinas e palestras que envolvam a família no cotidiano escolar dos estudantes.
	Realizar a avaliação institucional da escola com a participação da comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar momentos de avaliação institucional com a participação da comunidade escolar objetivando avaliar e sugerir melhorias para o trabalho pedagógico da escola.
	Utilizar os resultados educacionais para felicitar as ações de sucesso e também implementar as melhorias necessárias para o sucesso pedagógico da escola, partindo do princípio de uma gestão democrática.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir a comunidade escolar para informar sobre resultados educacionais e diante disso realizar as melhorias necessárias.
Gestão Participativa	Incentivar a participação e envolvimento da comunidade no contexto escolar;	<ul style="list-style-type: none"> • Convocar reuniões do Conselho para deliberar sobre as decisões relativas ao contexto escolar, utilização de recursos e trabalho pedagógico, sempre que necessário.
Gestão de Pessoas	Atender com presteza os estudantes, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar trabalhando de maneira organizada e funcional a fim de oferecerem bom atendimento a todos os integrantes da comunidade escolar.
Gestão Financeira	Aplicar os recursos públicos em atividades e projetos onde o interesse e prioridade sejam os estudantes;	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir a comunidade escolar por meio das reuniões de Conselho para decidir sobre a aplicação dos recursos disponíveis na escola.
Gestão Administrativa	Atender com presteza as solicitações dos integrantes da comunidade escolar obedecendo sempre às orientações da Secretaria de Educação e diretrizes que regem nosso trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidade ao atendimento realizado com presteza e cumprimento as orientações e diretrizes que embasam a gestão administrativa da escola.

2. Metas/PDE

PDE Nº meta	Nº	METAS	2019	2020	2021	2022
1		Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), sendo, no mínimo, 5% a cada ano até o final da vigência deste PDE, e ao menos, 90% (noventa por cento) em período integral.				x
2		Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e as aprendizagens dos estudantes a partir dos 6 (seis) anos de idade ao Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 (quatorze) anos de idade até o último ano de vigência deste PDE.				x
4		Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independente da idade, garantindo a inclusão na rede regular de ensino e o atendimento complementar ou exclusivo, quando necessário, nas unidades de ensino especializadas.				x
5		Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental				x
7		Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o DF, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.				x
8		Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.				

VII - CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A base teórico-metodológica do currículo da SEEDF está sustentada na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica. Desta forma, acreditamos que o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural que o cerca.

Os sujeitos são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza.

Os sujeitos constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, por isso a educação integral perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, valorizando o diálogo entre os saberes formais e os saberes socialmente construídos para que juntos adquiram sentido e sirvam como agentes de mudanças na sociedade em que ele está inserido.

Assim, o currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. O foco é a garantia da aprendizagem para todos, sendo fundamental considerar a pluralidade e a diversidade social e cultural em nível global e local.

A educação deve ser referenciada pela formação integral, de modo que o processo formativo integre as diversas dimensões que formam o ser humano. Assim, a perspectiva dessa concepção filosófica educacional propõe a construção de projetos pedagógicos que atendam à necessidade de organização das escolas e de desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem os três eixos norteadores: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Temos como referência um currículo integrado, pautado na integração das diferentes áreas do conhecimento, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade. Nesse sentido, temos como princípios: a) unicidade entre teoria-prática; b) interdisciplinaridade e contextualização; c) flexibilização.

Quanto ao processo avaliativo, a SEEDF compreende que a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. A avaliação é então voltada para as aprendizagens, sendo que sua finalidade maior reside em contribuir para a aprendizagem, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes. Assim, a avaliação dos estudantes deve ser permanente (diagnóstica, formativa e interventiva) e demanda acompanhamento sistemático do

desempenho dos estudantes.

Para o ano letivo de 2022, em face da Pandemia causada pelo Covid-19, todo o trabalho pedagógico será pautado na reorganização curricular da escola para resgatar as aprendizagens dos estudantes.

Nesse sentido, durante a semana pedagógica, a equipe gestora da escola juntamente com os coordenadores e professores elegeram/organizaram metas de aprendizagem pautadas no Currículo em Movimento para este ano letivo.

VIII - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Esta Instituição Educacional contempla a Educação Infantil, 1º Ciclo, 1º e 2º períodos (4 e 5 anos). Os Anos Iniciais, 2º Ciclo – 1º bloco, BIA (1º, 2º e 3º anos) e 2º bloco (4º e 5º anos). O Currículo traz a oportunidade do trabalho com diferentes formas de organização dos tempos e dos espaços escolares.

Este ano o trabalho didático-pedagógico da escola está baseado nas metas de aprendizagem elaboradas no início do ano pela equipe gestora, coordenadores e professores. A cada bimestre elaboramos nossas Unidades Didáticas conjuntamente com educadores e em consonância com a proposta do Currículo em Movimento do Distrito Federal e os Direitos de Aprendizagem.

As Unidades Didáticas são temáticas e a partir delas são elaboradas quinzenalmente as sequências didáticas que orientam o trabalho pedagógico por segmento. Este ano as temáticas escolhidas pela comunidade escolar foram: competências socioemocionais, cultura de paz, a criança e ciência e arte por toda parte.

As sequências didáticas são elaboradas conjuntamente pelos professores de cada segmento e com a orientação das coordenadoras. Desta forma, organizamos o trabalho pedagógico de maneira planejada, pois esta é “uma forma efetiva de acompanhar, de prever, de organizar, de interagir e de avaliar as ações e as estratégias pedagógicas adequadas a cada estudante ou grupo de estudantes” (Diretrizes Pedagógicas p. 20).

A organização do trabalho pedagógico é realizada com a intenção de conferir unidade e qualidade às ações educativas. Segundo Vilas Boas, 2004, apud Diretrizes Pedagógicas, “uma das funções mais importantes do planejamento é assegurar a unidade e coerência do trabalho pedagógico da escola como um todo e o de cada

turma em particular”.

Os conteúdos são organizados de forma sequenciada com o objetivo de promover aprendizagem “específica e definida” (Diretrizes Pedagógicas p. 24). Ainda segundo as orientações das Diretrizes Pedagógicas, a sequência didática é realizada com o objetivo de atender a necessidade de alfabetizar letrando, a partir do texto, levando a formação de um leitor e escritor competente. O planejamento envolve as atividades permanentes, a sequência didática e os projetos de trabalho da escola. Contempla ainda as estratégias utilizadas no reagrupamento, reforço e projeto interventivo.

Desde o ano de 2019 esta I.E. firmou uma parceria com a Instituição de Ensino IESB. Desta forma, a Escola Classe 35 se comprometeu a ceder o espaço da escola para o desenvolvimento de atividades com os estudantes de diversos cursos de graduação do IESB e em contrapartida a instituição irá promover palestras, oficinas e desenvolver projetos voltados para as áreas de pedagogia, educação física, psicologia, enfermagem, nutrição, direito, assistência social e engenharia, beneficiando nossos educadores, estudantes e toda comunidade escolar. Neste ano de 2022 a parceria foi renovada observando as avaliações tanto desta I.E. quanto do IESB, objetivando sempre o aprimoramento das ações realizadas no ambiente escolar.

Ressaltamos ainda que no ano de 2021, por meio de um projeto para viabilização de uma Sala de Psicomotricidade nesta escola, foi firmada também uma parceria com o MPDFT a fim de obter novos recursos para sua implementação.

1. Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica abrange as ações de estudo, formação e de planejamento. Nas quartas-feiras são realizadas as Coordenações Coletivas e durante toda semana os docentes contam com o apoio e orientação da equipe pedagógica da escola composta, especialmente, pela supervisora e coordenadoras. Nessa linha o espaço-tempo da coordenação pedagógica da EC 35 se destina a:

- Subsidiar o trabalho pedagógico docente, orientando e coordenando ações para assegurar o cumprimento das metas e objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico;
- Elaborar, implementar e avaliar a Proposta Pedagógica da instituição educacional;

- Articular e apoiar ações pedagógicas entre professores, a equipe de direção e da Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações;
- Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela Instituição Educacional, pela Coordenação Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;
- Elaborar, aplicar e avaliar projetos interventivos, reagrupamentos e outras estratégias inerentes aos Ciclos.
- Orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico;
- Divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;
- Contribuir para redução dos índices de retenção;
- Articular ações para que o eixo metodológico dê ênfase às aprendizagens significativas assegurando a melhoria da qualidade de ensino;
- Estimular o envolvimento dos alunos nos projetos da Escola Classe 35 de forma que eles possam se identificar como parte integrante de todas as ações desenvolvidas;
- Contribuir para o acesso dos funcionários aos cursos de formação continuada e proporcionar-lhes oportunidade de formação;
- Articular ações pedagógicas entre professores;
- Acompanhar o desenvolvimento dessas ações, verificando pontos positivos e retificando pontos insatisfatórios;
- Propor estudo e reflexão avaliativa das ações pedagógicas;
- Orientar e coordenar projetos interventivos e de reforço de alunos defasados e/ou com dificuldades de aprendizagem.

2. Orientação Educacional

A orientação Educacional contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando na análise da realidade, apoiando diálogos

problematizadores, promovendo a tomada de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico da instituição escolar, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

Fundamentação Legal / Teórica:

- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- LDB- Lei de Diretrizes e bases da Educação.
- LODF - Lei Orgânica do Distrito Federal.
- Orientação Pedagógica da Orientação Educacional. (O.P)
- Perpectiva Sócio Cultural da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano.

Encontramos, ainda, como respaldo teórico prático do trabalho da Orientação Educaional assim expressos no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal os princípios da: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e; convivência escolar negociada, o que possibilita a ampliação das oportunidades às crianças.

Atribuições da Orientação Educacional

- Elaborar anualmente, Plano de Ação das atividades de Orientação educacional na Unidade Escolar;
- Participar das coordenações pedagógicas coletivas na unidade escolar, visando à organização do trabalho pedagógico;
- Contribuir para as melhorias do processo ensino-aprendizagem;
- Estruturar o trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica do Contexto escolar;
- Fundamentar sua ação na opção teórica do Currículo da Educação Básica;
- Contribuir na identificação e na reflexão, junto à comunidade escolar, os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem;
- Participar da identificação e/ou encaminhamento de estudantes que apresentem dificuldades no processo ensino-aprendizagem e comportamentais como: agressividade, problemas emocionais, sinais de maus tratos, ou de abuso, falta de acompanhamento familiar e faltas consecutivas;
- Trabalhar coletivamente, com a equipe gestora e a pedagógica em casos de omissão e violação dos direitos da criança e adolescentes, junto aos órgãos de proteção;

- Articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEEDF;
- Participar de programas de formação continuada;
- Elaborar e apresentar relatórios periódicos;
- Articular ações junto a EEAA e à Sala de recursos na promoção de uma educação Inclusiva a fim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem;
- Desenvolver ações de mediação de conflitos, em parceria com a equipe gestora e a equipe pedagógica;

Procedimentos da O.E

Acolhimento da demanda:

- Escuta ao professor (a);
- Ficha perfil;
- Conselho de classe;
- Pais e/ ou responsáveis

Intervenções:

- Individual ou em pequenos grupos;
- Oficinas em sala de aula;
- Encaminhamentos externos ou em rede;
- Entrevista com o estudante e/ou pais e ou responsáveis;
- Observações contextuais;
- Devolutiva aos docentes.

Registros:

- Formulários;
- Pasta do estudante;
- Livro ata.

Ações Coletivas - SEAA/OE

- Articulação equipe gestora Pedagógica;
- Proposta Pedagógica;
- Coletivas na escola;
- Estudo de caso;

- Ações para a inclusão
- Conselho de Classe
- Estratégia de matrícula
- Reflexões sobre temas significativos

3. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

O trabalho da Orientação Educacional deve estar articulado às demais instancias da unidade escolar, bem como a família e a comunidade estabelecendo uma rede social e institucional de proteção e garantia de direitos do estudante e de melhoria da qualidade da educação.

A organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional deve, portanto, estar voltada a esse objetivo, ou seja, a transformação social, com estratégias e ações que colaborem e favoreçam a educação para e pelos direitos humanos, pela diversidade, pela sustentabilidade, com vistas a uma educação integral.

A EEAA constitui-se em um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. A EC 35 de Ceilândia conta com duas pedagogas, especializadas em Psicopedagogia, contudo, não dispõe de psicólogo escolar.

O serviço tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas, compreendidas como o desenvolvimento de um trabalho que facilite e incentive a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem, promova a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam, de forma relacional, no cotidiano da escola, e busque, com a equipe escolar, a superação dos obstáculos a apropriação do conhecimento. Visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar.

4. Sala de Apoio à Aprendizagem

Sala de Apoio à Aprendizagem é um programa complementar que faz parte do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, destinado ao atendimento direto ao estudante com Transtorno Funcional Específico (TDAH, Dislexia, TPAC, TOD). O Pólo da E. C. 35 atende a cinco escolas do setor P Norte. O acompanhamento tem como objetivo auxiliar o estudante na superação das dificuldades de aprendizagem e no alcance do sucesso escolar.

IX - ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação na E.C 35 de Ceilândia é categoria central e organizadora de todo o trabalho pedagógico. Conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional desta Secretaria de Educação entendemos e organizamos o processo avaliativo conforme tais conceitos e práticas:

a) **Avaliação para aprendizagem:** ocorre, quase sempre, em sala de aula, sob supervisão docente, considera a organização curricular e prima pelas intervenções constantes orientadas pela avaliação diagnóstica. Por ser formativa é que se inscreve no movimento de avaliar para aprender, aprender para avançar e avançar com garantia qualitativa das aprendizagens. Os instrumentos e procedimentos utilizados na escola são discutidos e analisados pela equipe docente, de coordenação e direção da escola. Avalia-se para que os sujeitos aprendam evitando exclusões, punições e exposições. Neste ano, em específico, serão estimulados práticas e fomentos à autoavaliação dos estudantes para que desenvolvam processos metacognitivos inerentes ao desenvolvimento das suas aprendizagens. A autoavaliação se difere da autonotação, não se trata de solicitar que os estudantes se atribuam pontos, notas ou conceitos, mas que reflitam sobre os processos de aprendizagens a que estão sendo submetidos. (VILLAS BOAS, 2008).

b) **Avaliação Institucional na EC 35 de Ceilândia:** Este nível da avaliação ocorre, quase sempre, nas reuniões do conselho de classe, nas coordenações pedagógicas coletivas e em momentos com a comunidade escolar como ocorreu no Dia Letivo Temático deste ano; tomamos o Projeto da escola como ponto de partida e de chegada, analisa-se as potencialidades e fragilidades e, assim, sinalizamos as mudanças e as atualizações no documento e, sobretudo, nas práticas educacionais. Não avaliamos a instituição para expor ou punir pessoas, avaliamos para aperfeiçoar e melhorar o trabalho realizado. Na avaliação institucional consideramos os dados produzidos pelos exames, provas, índices e procuramos localizar no currículo as fragilidades e potencialidades do que a escola realiza. A intenção de uma avaliação

formativa se aplica à avaliação institucional.

c) **Avaliação externa/redes/larga escala:** A EC 35 entende que esses exames são importantes e sinalizam indicadores de qualidade; é signatária dos Exames Nacionais e considera o SIPAEDF como forte aliado para garantia das aprendizagens dos estudantes. A escola produz dados diariamente, todavia, os dados emanados desses índices, testes, exames e provas são úteis quando discutidos no interior da escola como sinalizamos no nível anterior, ou seja, na avaliação institucional.

Práticas e estratégias de avaliação do processo de Ensino- aprendizagem

a) Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação

A avaliação deve ser diagnóstica, formativa, processual e avaliativa com o objetivo de garantir ao educando a oportunidade de construir e refletir sobre o conhecimento. Além disso, deve subsidiar a prática docente no processo de ensino-aprendizagem, colaborando com a organização do trabalho pedagógico e a promoção das aprendizagens, com vistas ao desenvolvimento integral do estudante.

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial da Alfabetização uma avaliação com função formativa necessita ser diagnóstica (conhecer as competências e habilidades que os estudantes apresentam ou não), ser objeto de reflexão (analisar os dados para (re) orientar o ensino possibilitando uma aprendizagem mais efetiva) e interventiva (a partir das informações levantadas, elaborar intervenções adequadas às necessidades de aprendizagens dos estudantes).

A avaliação se constitui em um processo contínuo por meio de diversos instrumentos, sendo que o principal deles será a observação e o registro sistemático do desenvolvimento de cada educando. As avaliações bimestrais e diagnósticas também são utilizadas na escola no processo de avaliação das aprendizagens e efetivação das estratégias de ensino.

O teste da psicogênese e o mapeamento ortográfico serão realizados, periodicamente visando favorecer e aprimorar o processo de aquisição da linguagem escrita.

O reagrupamento e o projeto interventivo terão início no primeiro bimestre de cada ano letivo, respeitando a temporalidade da avaliação diagnóstica inicial dos estudantes e objetivando acompanhar as particularidades de cada aluno, seus avanços e suas dificuldades.

O relatório descritivo será utilizado como documento formal de registro avaliativo, “no qual os dados coletados são organizados de forma a tornar visível as necessidades de aprendizagens dos estudantes e que orientarão o planejamento, a elaboração e execução das intervenções pedagógicas.” (Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial da Alfabetização, 2012). Entretanto, outras formas de registros poderão ser utilizadas, conforme critério e necessidade do professor. Esses registros deverão estar acessíveis aos responsáveis a fim de informar sobre o desenvolvimento do estudante, sempre que necessário.

Esta instituição também promove e valoriza a formação continuada dos seus educadores e membros da comunidade escolar, com o intuito de aprimorar o trabalho pedagógico e atendimento as famílias na escola. As formações acontecem tanto mediante aos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação quanto nas reuniões coletivas e oficinas e palestras oferecidas aos educadores e comunidade escolar.

b) Conselho de Classe

O Conselho de Classe nesta I.E é realizado ao final de cada bimestre em uma única etapa e conta com a participação dos educadores, Equipe de Apoio a Aprendizagem, Orientação Educacional e membros da direção.

Durante o Conselho de Classe, são apresentadas as demandas de cada turma pelo professor regente. Aspectos como: aprendizagem, comportamento e socialização são reportados ao grupo envolvido. De acordo com as necessidades apresentadas, são realizados os encaminhamentos e sugestões quanto ao trabalho pedagógico com vistas à resolução da demanda apresentada e ao sucesso escolar dos estudantes.

X - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Escola Classe 35 trabalha em consonância com o Currículo em Movimento da rede e conseqüentemente com os eixos transversais: educação para a diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para Sustentabilidade, na perspectiva da formação do sujeito integral. Assim, os Eixos Transversais do Currículo têm a finalidade de concretizar o movimento que o mesmo propõe, em sua constância de ser permanentemente avaliado e significado a partir de concepções e práticas empreendidas por cada um e cada uma no contexto concreto das escolas e das salas de aula desta rede pública de ensino. (DISTRITO FEDERAL, 2014).

A organização curricular desta instituição contempla a diversidade dos estudantes e inclui ações pautadas nos eixos integradores e transversais que são propostas (por toda comunidade escolar), planejadas e executadas durante todo ano letivo.

Neste ano de 2022, diante do contexto desafiador apresentado à escola: número elevado de estudantes retidos em 2021 por conta dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19 e prejuízo nas aprendizagens, decidimos conjuntamente (equipe gestora, coordenadores e docentes) por uma organização pedagógica pautada em metas de aprendizagem. Estas metas foram definidas com base no Currículo em Movimento e considerando o sujeito de forma integral.

Em consonância com as metas de aprendizagem a escola utiliza a avaliação formativa com o objetivo de entender as potencialidades e dificuldades apresentadas pelos estudantes e assim poder estabelecer estratégias pedagógicas adequadas às necessidades reais de cada aluno.

XI - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

1. GESTÃO PEDAGÓGICA/RESULTADOS – ESTRATÉGIAS

A gestão pedagógica da escola é, sobretudo, a gestão do currículo e do seu projeto pedagógico. A equipe gestora em diálogo com docentes e todos os profissionais da escola entende que a gestão pedagógica é prioritária, urgente e central. O monitoramento dos resultados não define o cerne desta gestão, mas as condições de acesso, permanência e o sucesso dos estudantes, sim. Nossa compreensão é a de que os resultados são importantes quando houver cuidado com todo o processo desde seu planejamento. Sendo assim são esses os objetivos da gestão pedagógica desta instituição:

- Eliminar, gradativamente, a reprovação com garantia das aprendizagens de todos os estudantes;
- Adotar como eixo metodológico a ênfase nas aprendizagens significativas assegurando a melhoria da qualidade de ensino de modo que todos os estudantes avancem com aproveitamento real;
- Inserir 100% dos estudantes com defasagem idade/série e que apresentam dificuldade e/ou lacunas de aprendizagem no Projeto Interventivo e em

atividades diversificadas;

- Envolver 100% dos estudantes nos projetos de forma que eles possam se identificar como parte integrante de cada ação proposta. Envolver, por meio de reuniões bimestrais, a comunidade, pais e Conselho Escolar no Projeto de Avaliação Institucional.

Ações/metasp:

- Realização de projetos, acompanhamento e as intervenções necessárias;
- Atendimento individualizado, trabalho diversificado, reforço e outros recursos didático-pedagógicos;

- Garantir o adequado funcionamento dos serviços prestados pela Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem;

- Estimular por meio de projetos e atividades pedagógicas atrativas o gosto pela leitura, escrita e investigação científica dos estudantes.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA E DE PESSOAS – ESTRATÉGIAS

A gestão democrática não se resume ou define por meio da eleição do diretor e sua equipe, enquanto práxis sua possível materialidade pode ser traduzida por meio da participação (LIMA, 2012). Sem que exista tal envolvimento a chamada democracia representativa pode suprimir da escola e na escola o sentimento de pertencimento, ou seja, se não faço parte da construção ficará ainda mais difícil me reconhecer e identificar com a mesma. Nessa lógica apresentamos as ações, metas e ideias que procuram traduzir tal participação e envolvimento:

a) Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar, através de encontros periódicos com professores e equipe pedagógica para efetivação da aprendizagem e permanência do aluno;

b) Desenvolver as estratégias e técnicas da Comunicação Não violenta com todos os profissionais da escola;

c) Promover uma efetiva participação da comunidade escolar para trabalhar em prol do desenvolvimento dos alunos dentro do processo de ensino aprendizagem;

d) Organizar os Conselhos de Classe aos finais de bimestres, diagnosticando os pontos positivos e negativos, buscando soluções dentro da proposta pedagógica;

e) Socializar com a equipe pedagógica, funcionários e professores todas as informações obtidas: Leis, instruções, Normas que regulamentam o processo educacional;

- f) Manter com a comunidade escolar mecanismos de comunicação eficientes como circulares, e bilhetes;
- g) Possibilitar aos funcionários o acesso a cursos de formação continuada e proporcionar-lhes oportunidades de estudo dentro e fora da escola com cursos da EAPE, coordenações coletivas, seminários, simpósios, congressos e palestras oportunizados pela SEE e pela IE;
- h) Montar grupos de estudos para discutir as propostas vindas da SEEDF;
- i) Proporcionar ao corpo docente e funcionários, momentos de integração para dinâmica de grupo, socialização de experiências para estimulá-los a buscar sempre novos desafios;
- j) Aproveitar as coordenações coletivas dos professores para discutir propostas que venham contribuir na melhoria da qualidade de ensino;
- k) Promover momentos de estudos sobre as leis que regem as carreiras, destacando seus direitos e deveres;
- l) Realizar reuniões pedagógicas, conscientizando os professores e funcionários da necessidade de encontrar caminhos mais prazerosos para concretização do processo ensino aprendizagem, construindo uma pedagogia centrada no educando e não só no conteúdo;
- m) Realizar semestralmente avaliações institucionais, através de reuniões, autoavaliações, discussões em grupos, promovendo assim uma avaliação de desempenho a partir da visão de si mesmo e dos seus pares.

3. GESTÃO FINANCEIRA/ADMINISTRATIVA – ESTRATÉGIAS

A gestão financeira é parte indissociável da gestão democrática da escola, todos os recursos oriundos das instituições governamentais e públicas são aplicados em conformidade com este projeto pedagógico. As prestações de conta são publicizadas nos espaços físicos e virtuais legalmente reconhecidos.

Nenhuma ação dentro da escola é, somente, administrativa. Todas se destinam a melhoria da atividade fim, qual seja: ensino-aprendizagem. Nesse sentido as estratégias para ampliação e reforma de toda a escola são realizadas para atender as necessidades das crianças e dos profissionais que com elas trabalham diariamente.

**PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO**

Dimensão	Metas	Estratégias	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Gestão Pedagógica das aprendizagens e dos resultados educacionais	Desenvolvimento integral dos estudantes	Envolvimento de toda a comunidade escolar nos projetos da escola;	Promover momentos de avaliação das aprendizagens e dos projetos propostos pela escola.	Supervisão e Coordenação Pedagógica	Anual
	Melhorar os índices de aprovação e letramento dos estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto interventivo da escola e em parceria com o IESB; • Reagrupamento para o BIA, 4º e 5º ano; • Reforço escolar • Projeto de Leitura; • Projeto “Juntos pela Paz”. 	A avaliação acontecerá por meio das reuniões bimestrais de Conselho de Classe e durante a Avaliação Institucional.	Direção, Supervisão, Coordenação, Equipe de Apoio à Aprendizagem, Orientação Educacional e Corpo docente da escola.	Anual
Gestão Participativa	Incentivar a participação e envolvimento da comunidade no contexto escolar;	Convocar reuniões do Conselho para deliberar sobre as decisões relativas ao contexto escolar, utilização de recursos e trabalho pedagógico, sempre que necessário.	Avaliação Institucional	Diretora e Presidente do Conselho	Anual
Gestão de pessoas	Atender com presteza os estudantes, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar.	Continuar trabalhando de maneira organizada e funcional a fim de oferecer um bom atendimento a todos os integrantes da comunidade escolar.	Por meio da Avaliação Institucional	Direção	Anual

Gestão Financeira	Aplicar os recursos públicos em atividades e projetos nos quais o interesse e prioridade sejam os estudantes;	Reunir a comunidade escolar por meio das reuniões de Conselho e de professores para decidir sobre a aplicação dos recursos disponíveis na escola.	Reuniões do Conselho de Classe e Avaliação Institucional.	Diretora e Conselho Escolar.	Anual
Gestão Administrativa	Atender com presteza as solicitações	Dar continuidade ao atendimento realizado com presteza e	Por meio da Avaliação Institucional	Direção	Anual
	dos integrantes da comunidade escolar obedecendo sempre às orientações da Secretaria de Educação e diretrizes que regem nosso trabalho.	cumprimento as orientações e diretrizes que embasam a gestão administrativa da escola.			

XII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A construção/reformulação/avaliação do Projeto Político Pedagógico necessita de uma ação conjunta. Direção escolar e equipe pedagógica devem prever momentos coletivos para este fim.

No decorrer do ano letivo, à medida que, os projetos são implementados realizamos reuniões bimestrais nas quais são avaliadas as práticas e intencionalidades das ações. A avaliação do trabalho da escola ou avaliação institucional não carece de data ou evento, ocorre nas reuniões coletivas, individuais e naquelas com essa finalidade.

Desta forma, é necessário que escola promova continuamente momentos de discussão e adequação do PPP às necessidades da escola respeitando a realidade da comunidade e objetivando o sucesso escolar dos estudantes.

A elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico ocorrem no âmbito da gestão democrática; os diferentes segmentos da comunidade estão representados, mas possuem canais para participação direta (individual e coletiva) tanto para funcionário/servidores bem como para demais membros da comunidade escolar.

XIII - PROJETOS ESPECÍFICOS

Além das estratégias como reagrupamentos, projetos interventivos e outras ações inerentes aos ciclos para as aprendizagens, a escola desenvolve projetos que vieram ao encontro das necessidades diagnosticadas junto à comunidade escolar. Eles potencializam e reforçam o compromisso da escola com sua missão e valores anteriormente citados.

Projeto Ler é Bom Demais

Justificativa

Percebemos que o contexto atual vem afastando cada vez mais os estudantes do ato de ler. Por consequência, sentimos dificuldades marcantes no cotidiano da escola tais como: o vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de interpretação, erros ortográficos, produções textuais embrionárias, dificuldades na compreensão dos conteúdos escolares e desprezo em relação ao ato de ler.

Desta forma, é necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura, como atode prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Por

meio da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, o mundo da imaginação, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam, aprender um novo vocabulário, conhecer diferentes formas de escrita e gêneros textuais, entre tantos outros benefícios.

Portanto, acreditamos que é papel da escola promover o incentivo a leitura, seja ela com objetivos didáticos ou por prazer. Assim, percebemos a importância de um projeto que resgate a leitura deleite e de caráter pedagógico e que tenha como consequência o

desenvolvimento das habilidades ligadas a fluência da leitura e ao letramento dos estudantes.

Problematização

- Como incentivar os estudantes a praticar a leitura deleite e leitura com objetivos pedagógicos?
- Como organizar os planejamentos pedagógicos para que a leitura possa estar inserida diariamente no cotidiano escolar dos estudantes?
- Como incentivar as famílias a praticar o ato de ler com seus filhos?

Objetivo geral

- Desenvolver práticas educativas objetivando a formação de estudantes leitores, dentro e fora da escola.

Objetivos específicos

- Incentivar a leitura deleite;
- Estimular momentos de leitura com a família;
- Desenvolver as habilidades ligadas à fluência da leitura e escrita;
- Proporcionar momentos de apreciação cultural e encontro com autores;
- Interligar e contextualizar os livros trabalhados no projeto com os planejamentos, avaliações e demais atividades desenvolvidas pela escola;

Plano de ação

- Incentivar e oportunizar momentos de leitura deleite em sala de aula e nos demais ambientes escolares;

- Possibilitar o acesso a livros físicos e digitais e o empréstimo de livros e enviar para as famílias atividades extraclasse ligadas a leitura que devam ser realizadas entre estudantes e familiares;
- Utilizar os livros do Projeto de Leitura para embasar atividades relacionadas ao aprimoramento da fluência na leitura e escrita;
- Utilizar os livros do Projeto de leitura na elaboração das atividades reagrupamento, projeto interventivo e reforço escolar avaliações;
- Realização de um Sarau literário na escola com a presença e participação das famílias;
- Aplicar atividades avaliativas contextualizadas com o projeto de leitura da escola;
- Oportunizar contato e socialização com escritores e ilustradores de Brasília, por meio de festas, encontros literários e outros.

Avaliação

- Pela participação dos estudantes;
- Pelos desempenhos individuais e em grupo;
- Pelo interesse nos assuntos abordados e a partir de suas dúvidas;
- A avaliação acontecerá de forma processual, observando-se a participação e interesse dos educandos e de toda a comunidade escolar envolvida.

Plenarinha – Criança Arteira: faço Arte, faço parte.

Justificativa

A Plenarinha de Educação Infantil é um projeto pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, desenvolvido desde 2013, por meio Subsecretaria de Educação Básica/Diretoria de Educação Infantil, em todas as unidades escolares públicas e instituições educacionais parceiras que ofertam Educação Infantil no Distrito Federal. Educação Infantil ao 1º ano (331 estudantes)

Objetivo geral

Oportunizar as crianças da Educação Infantil e 1º ano a promoção do exercício de cidadão ativo, participativo e conhecedor dos seus direitos e deveres, vivenciando a interlocução com o Currículo da Educação Infantil em suas diferentes expressões e linguagens.

Objetivos específicos

- Incentivar participação dos estudantes nas rodas de conversa e espaços de socialização promovidos pela escola;
- Oportunizar momentos em que as crianças possam apreciar diferentes formas de expressão artística;
- Utilizar estratégias pedagógicas para que os estudantes possam criar sua arte.

Plano de ação

- Utilizar rodas de conversa para promover observação, apreciação escuta e espaço de fala espontânea dos estudantes diante das mais variadas formas e recursos artísticos;
- Confeccionar trabalhos utilizando diferentes formas de expressão artísticas e materiais diversificados.

Avaliação

Apresentação dos trabalhos confeccionados pelos estudantes.

Projeto Cultura de Paz na Escola

Justificativa

Diante das demandas vivenciadas na escola e com o objetivo de realizar ações para a materialização da Cultura de Paz e a conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência (BRASIL, 2018) foi elaborado o projeto Cultura de Paz na Escola em consonância com o projeto Convivência Escolar e Cultura de Paz da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Sabemos que a escola é um ambiente privilegiado para fomentar as discussões sobre a paz, cidadania e o respeito entre os pares. Neste sentido, devemos ampliar o diálogo, o exercício da escuta e incentivar a participação das famílias e o protagonismo infantil, com o intuito de que cada um(a) se comprometa com a sua atuação, sendo parte de um processo coletivo para o alcance da Cultura de Paz na escola.

Problematização

- Como estimular os estudantes a compreender suas emoções e a dos outros?
- Como organizar os planejamentos pedagógicos para que o trabalho relacionado com o desenvolvimento das competências socioemocionais e a utilização da Comunicação Não Violenta esteja inserido diariamente no cotidiano escolar dos estudantes?
- Como incentivar as famílias a trabalharem com a Cultura de Paz em parceria com a escola?

Objetivo geral

Desenvolver as competências socioemocionais e instituir a Cultura de Paz na escola.

Objetivos específicos

- Aprender a identificar as próprias emoções e as do outro;
- Aprender formas pacíficas de resolução de conflitos;
- Conhecer a relação entre pensamentos, sentimentos e reações;
- Examinar suas ações e avaliar as consequências delas, saber se uma decisão está sendo tomada pela razão ou pela emoção;
- Encontrar formas de lidar com o medo, a ansiedade, a raiva e tristeza;
- Compreender empaticamente os sentimentos e preocupações dos outros e adotar a perspectiva deles;
- Fomentar a discussão sobre a Cultura de Paz na escola e no mundo;
- Compreender e utilizar os princípios da Comunicação Não Violenta (CNV) dentro e fora do ambiente escolar;
- Reconhecer momentos de conflito como oportunidades para discutir e vivenciar a comunicação empática e o diálogo entre os pares;
- Assumir responsabilidade, reconhecer as consequências de suas decisões e

ações, aceitar seus sentimentos e estados de espírito, ir até o fim nos compromissos;

- Saber cooperar, assumir a liderança e submeter se a ela.

Plano de ação

- Nomear os sentimentos, fazer uma lista deles. Nesse momento, enfatizar que todos os sentimentos são válidos e que não há sentimento ruim ou bom. São apenas emoções próprias do ser humano;
- Utilizar livros, reportagens, imagens entre outros recursos como base para discussões, oportunizando momentos de reflexão a cerca da temática do projeto;
- Discutir sobre situações que viveram e que possam vir a experimentar (um esbarrão que julguem proposital no recreio, por exemplo), identificando alternativas de reação. É importante mostrar reações pacíficas, mas que preservam a dignidade;
- Participar de debates com a temática da Comunicação Não Violenta;
- Realizar um momento de jogo por semana de entretenimento ou específico com fins educativos com foco na cooperação e treinamento das situações nas quais a emoção pode se manifestar como um fator conflitante;
- Realizar um concurso de desenho e redação com a temática do projeto.

Avaliação

- Pela participação dos estudantes;
- Pelos desempenhos individuais e em grupo;
- Pelo interesse nos assuntos abordados e a partir de suas dúvidas;
- A avaliação acontecerá de forma processual, observando-se a participação e interesse dos educandos e de toda a comunidade escolar envolvida.

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento. 2013

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial da Alfabetização. 2012

S BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político – Pedagógico Professor Carlos Mota. 2012

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientação Pedagógica.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Plano Distrital de Educação - PDE 2015-2014. Brasília DF.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.. Replanejamento Curricular 2021: Ensino Fundamental - Anos Iniciais/ Anos Finais. 2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. IX Plenarinha – Musicalidade das infâncias: de cá, de lá, de todo lugar. 2020/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Faq-perguntas e respostas acerca da avaliação na ed. Infantil. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/FAQ-Ed.-Infantil-Orienta%C3%A7%C3%B5es-para-a-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-1%C2%BA-bimestre.pdf>. Acesso em: 12/07/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Guia Anos Iniciais – Orientações para Atividades de Ensino Remoto, 2020.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Guia para acolhimento à Comunidade Escolar no contexto de Atividades Pedagógicas Não Presenciais, 2020.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientação para as aulas por meio de atividades não presenciais – Aos professores. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/orienta%C3%A7%C3%B5es-aos-professore-aulas-n%C3%A3o-presenciais.pdf>. Acesso em: 12/07/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Plano Pedagógico da Educação Especial para Atividades não Presenciais na Rede Pública de Ensino Do Distrito Federal. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Plano_de_Acao_DEIN_16.06_com_a_figura_FINAL.pdf. Acesso em: 12/07/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientações para a Retomada das Atividades Presenciais Híbridas nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (versão preliminar). Julho de 2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. OP do PPP e da Coordenação Pedagógica, Subeb - Brasília-DF, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988. Cap. III, seção I art. 205 a214.

____ Lei nº. 9394, de 23 de dezembro de 1996. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

____ Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais – ensino de 1ª a 4ª série*. Brasília: MEC/SEF, 2002. LIMA, Erisevelton Silva. *O Diretor e as avaliações praticadas na escola*. Brasília-DF: Kyron, 2012.

LUCKESI, Carlos Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. *Currículo de Educação Básica*. Distrito Federal, 2014/2019.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. *Progestão: como desenvolver a avaliação institucional na escola?* Módulo IX. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying - mentes perigosas nas escolas*. FONTANAR, 2010

VASCONCELLOS, C.S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertat, 1995. VILLAS BOAS, Benigna Maria Freitas. *Virando a escola do avesso por meio da avaliação*. Papirus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos A. *O projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível*. Papirus, 1995.

ANEXOS

PLANO DE AÇÃO DA SALA DE RECURSOS GENERALISTA DA ESCOLA CLASSE 35 DE CEILÂNDIA ANO 2022

PROFISSIONAL DA SALA DE RECURSOS: JÚLIA GRACIELA NUNES DA SILVA - Matrícula: 224237-0

OBJETIVOS	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	DATA	AVALIAÇÃO
Sensibilizar os professores em relação à importância do trabalho realizado com os ANEE.	-Apresentação do trabalho da Sala de Recursos para os professores. - Orientação dos professores em relação às adequações.	Professor da Sala de Recursos	Fevereiro - Março	Análise das adequações realizadas pelos professores ao longo de cada bimestre. Avaliação dos pais sobre o desempenho dos filhos ANEE em cada disciplina.
Conhecer a história devida de cada novo aluno com necessidades especiais.	-Reuniões com os responsáveis dos ANEE. -Preencher os dossiês dos ANEE	Professor da Sala de Recursos	Fevereiro e Março Ou Sempre que chegar um ANEE novo(a) na escola.	Através do comparecimento dos responsáveis dos alunos assistidos às reuniões e da adesão dos alunos ANEE ao trabalho da sala de recursos.
Atender adequadamente os alunos na Sala de Recursos	Organização: -dos dossiês dos alunos; -do espaço de trabalho, -da disposição do mobiliário; - do material necessário às aulas; - esclarecendo as dúvidas em relação ao conteúdo programático, sempre incentivando sua independência e motivando-os em relação ao conhecimento por meio de projetos e pesquisas pedagógicas.	Professor da Sala de Recursos	No decorrer do ano	Observar se a disposição atende satisfatoriamente os alunos assistidos e avaliar se o material está de acordo com as necessidades de cada aluno.
Valorizar os alunos atendidos, incentivando a comunidade escolar a respeitar a diversidade e superar preconceitos.	Promoção de atividades que incentivem a inclusão: - Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com necessidades Educacionais Específicas (Lei nº 5.714/16) - Semana de Educação para a Vida (Lei 11.988/2009) - Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.	Professor da Sala de Recursos Direção Orientadora Educacional Professores Alunos	Março Maio Setembro Sempre que houver necessidades	Avaliação do corpo docente sobre participação e envolvimento de todos os alunos da escola nas atividades propostas e avaliação dos alunos sobre o evento. Demonstração de atitudes de solidariedade com os colegas ANEE e sociedade.

OBJETIVOS	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	DATA	AValiaÇÃO
- Desenvolver a interação e o desenvolvimento da coordenação motora e habilidades psicomotoras, além de destacar e promover atividades artísticas e promover a socialização dos ANEEs.	- Oficinas práticas de artesanato, alimentação saudável, saúde e bem-estar e exposições.	Professor da Sala de Recursos Coordenadores Gestores (lista de material anexa) Família	No decorrer do ano	Através da aplicação dos conhecimentos adquiridos nas "práxis" diária e exposições.
- Buscar a formação continuada e a socialização de experiências com os demais profissionais da área, - Auxiliar os professores na realização das adequações. - Ação integrada nos projetos da escola	- Participação em reuniões semanais de coordenação - Participação de cursos, seminários e palestras relacionados com a temática ANEE, - Esclarecimentos das dúvidas em relação aos alunos ANEE.	Professor da Sala de Recursos Coordenadores Professores Regentes	No decorrer do ano	- Relato dos professores sobre o desenvolvimento de cada aluno ANEE - Avaliação contínua, com vistas ao desenvolvimento profissional.
Buscar "excelência" no atendimento dos alunos ANEE.	Participar semanalmente das reuniões com a coordenação intermediária do Ensino Especial.	Prof. das Salas de recursos Professor da Coordenação do Ensino Especial	No decorrer do ano	Através da aplicação dos conhecimentos adquiridos nas "práxis" diária.



Atendimento Educacional Especializado

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional:	Silvia Leticia Correia	Matrícula:	243005-3	Turno:	Diurno
Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional:	Maria Aparecida Silva Dourado	Matrícula:	212682-6	Turno:	

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS:

1. Diminuir os índices de evasão escolar, assegurando ao estudante o direito de acesso e permanência na escola, sem distinção de qualquer natureza;
2. Ampliar a participação da família na escola;
3. Fortalecer o trabalho da Orientação Educacional na UE.
4. Contemplar ações integradas para o desenvolvimento das habilidades sócio emocionais dos estudantes.
5. Humanizar o processo de Ensino e Aprendizagem, proporcionando condições apropriadas aos estudantes, para desenvolver-se integralmente.
6. Atuar como elo entre escola e família, corpo docente e alunos, buscando sempre parcerias para alcançar o bom desenvolvimento das competências dos educandos.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Cidadania	Ed. Diversidade	Ed. Sustentabilidade			
Mapeamento Institucional	X	X	X	Utiliza-se de análise documental, entrevistas, observações, grupos de reflexão. Para colaborar na análise de aproveitamento, evasão, repetência e infrequência.	Análise e reflexão sobre o contexto institucional.	Todo início de bimestre
Acolhimento	X X		X	<p>Para trabalhar o acolhimento dos alunos é necessário prestar atenção nos sentimentos deles no pós-isolamento a fim de retornar as atividades presenciais com base na empatia. Através de diálogos coletivos e individuais e mantendo contato com os pais.</p> <p>Articulação com o Conselho Tutelar e CRAS para as famílias e estudantes vítimas de violação de direitos.</p> <p>Atendimento às famílias e/ou responsáveis</p>	Ação junto a comunidade escolar	Todo o ano letivo

		por solicitação própria ou por convocação de forma presencial ou por telefone.		
Mediação de conflitos	X X X	Reconhecendo que o conflito é parte importante do processo.; Convocando as partes envolvidas quando necessário e através de escuta sensível com ou sem registro; Diagnosticando as reais causas dos conflitos, buscando soluções, avaliando ações e o melhor procedimento para solucionar os conflitos; buscar sempre alternativas por meio da troca de experiências e da busca de informações.	Ação junto à comunidade escolar	Todo o ano letivo
Conselho de Classe	X X X	Participação nos Conselhos de Classe Facilitando a articulação e participação em ações interventivas.	Direção e equipe	Todo fim de bimestre.
Estudos de caso	X X X	Participar e apoiar as reuniões.	Direção equipe e professores.	Sempre que for necessário.
Estratégia de matrícula	X X X	Participar e apoiar as	Equipe	Fim do ano letivo

			reuniões.		
Conselho tutelar	X X	X	Encaminhar ao Conselho Tutelar via SEI, qualquer suspeita ou denúncia de violação de direitos dos estudantes, como falta de frequência na escola, situações de maus tratos e violência (física, psicológica e sexual.) Mapeamento das instituições parcerias para a promoção, garantia e defesa dos direitos dos estudantes.	Direção e equipe	Sempre que for necessário.

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados

Levantamento da participação dos estudantes a partir de instrumento diagnóstico:

- 1- Criar planilhas que constem informações dos estudantes infrequentes e que não participam das atividades escolares.
- 2- Escuta ativa dos professores na coletiva e devolutivas das demandas passadas.
- 3- Sensibilização para com as famílias em busca do resgate dos alunos infrequentes, e que não realizam as atividades.
- 4- Diálogo constante com as famílias, buscando vínculos para que o aluno sinta-se pertencente à unidade escolar.
- 5- Disponibilizar o número do Whatsapp da Orientação Educacional aos pais, para que eles entrem em contato dando retorno da evolução, dificuldade, necessidade dos alunos.
- 6- Atendimentos às famílias de forma presencial, para retorno dos encaminhamentos feitos pela equipe.